

construção do futuro



Informativo da Comissão Senado do Futuro

nº 24, 22 de junho de 2018



Fotos: Roque de Sá/Agência Senado

É possível o retorno da paz nos estádios

A Comissão Senado do Futuro (CSF) realizou audiência pública em 24 de maio para discutir medidas para o combate à violência nos estádios. As torcidas organizadas são responsabilizadas pela grande mídia por essa situação, mas a Audiência serviu para mostrar que não é assim. A Audiência completa pode ser vista em vídeo em <https://bit.ly/2zo7zLJ>

A Audiência foi fruto de requerimento do senador **Hélio José** (Pros-DF), presidente da Comissão Senado do Futuro. Foram convidados o Dr. **Valberto Cosme de Lira**, Procurador de Justiça e Presidente da Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios, órgão auxiliar do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça - CNPG; a Dra. **Gislaine Nunes**, advogada da Liga de Futebol Nacional do Brasil; o Tenente Coronel **Márcio Cavalcante de Vasconcelos**, Coordenador de Operações de Segurança Pública, representante do Secretário de Estado de Segurança Pública do DF; o Capitão **Marcelo dos Santos**, Mestre em

Ciência Política (área de concentração em Direitos Humanos, Cidadania e Violência), Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais nos Cursos de Graduação em Ciências Policiais e Tecnologia em Segurança Pública, representando o Cel. Marcos Antônio Nunes de Oliveira Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; o Sr. **Alex Minduín**, Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas – ANATORG; o Sr. **Daniel dos Santos Vasconcelos**, Presidente da Federação de Futebol do Distrito Federal; e o Sr. **José Silva Júnior**, Coordenador Geral dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte.

O senador Hélio José, em seu discurso de abertura disse que: “os torcedores da paixão brasileira, o futebol, têm reclamado há algum tempo do preço dos ingressos e das dificuldades em comparecer aos estádios. Mas, de forma crescente, o que mais espanta dos torcedores que tinham como programa de toda a família a frequência aos estádios para torcer por seu time é a violência.”

“Cenas de violência e brigas de torcidas são difíceis de serem apagadas da memória dos torcedores.”

“Os pais não querem mais seus filhos e filhas nos estádios e nas proximidades deles.”

“Segundo noticiou a imprensa, em 2017, foram registrados 104 episódios violentos relacionados ao futebol brasileiro, que resultaram em 11 mortes de torcedores.”

“Por isso o Dr. José Eduardo Junqueira Ferraz escreveu artigo no Globo Esporte, em março último, vaticinando que “Se não dermos um basta firme e definitivo a tais transgressões, a simples ida a estádios de futebol no Brasil passará, de um evento de lazer e entretenimento, a se transformar em uma conduta de nítida irresponsabilidade, haja vista a real possibilidade de atentados à integridade física e moral daqueles que são, na verdade, a razão de ser do evento: os torcedores.”

“Isso tem mobilizado as autoridades e torcidas. Também nós parlamentares, que queremos regras e lei que inibam a violência e tragam as famílias de volta aos jogos.”



Fotos: Roque de Sá/Agência Senado

O Dr. **Valberto Cosme de Lira**, Procurador de Justiça e Presidente da Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios, órgão auxiliar do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça - CNPG, que foi criado inicialmente atendendo pedido da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, a partir daí, em vários estados, iniciou-se a instalação do JECrim (Juizados Especiais Criminais) dentro dos estádios; o cadastramento dos membros de torcidas organizadas; e também foi dado início à instalação de câmeras de monitoramento, dentre outras medidas.

Em 2008, após ampla discussão no Grupo, foi levada à análise da Plenária do CNPG a adoção da medida de restrição ao consumo de bebidas alcoólicas no interior dos estádios.

Como explicou o procurador, esta proposta foi aprovada em reunião plenária do CNPG, o que culminou com a assinatura do adendo ao Protocolo de Intenções entre o CNPG e a CBF, na data de 25 de abril de 2008. A medida que restringe o consumo de bebidas alcoólicas no interior dos estádios, apesar de polêmica, foi implementada com sucesso no País. Aliada a diversas ações concretas nos estados, estatísticas comprovam o êxito, pois as ocorrências de violência no interior dos estádios foram radicalmente reduzidas.

Segundo informou, “além do problema da violência, outro grave desafio se constituía na questão dos laudos de vistoria de segurança dos estádios, que, por determinação do artigo 23 da Lei 10.671/2003. Por isso, em função do trabalho do Ministério Público foi baixado o Decreto 6.795, de 16 de março de 2009, regulamentando o artigo 23 da Lei 10.671/2003, nos exatos termos sugeridos pelo Ministério Público. Em seguida, foi editada a Portaria nº 238, de 09 de dezembro de 2010, com o objetivo de estabelecer os requisitos mínimos a serem contemplados nos laudos técnicos de vistoria de segurança”.

Outro importante resultado do trabalho da Comissão foi a apresentação de propostas de alterações ao Estatuto do Torcedor. Após passarem por comissão instituída pela Presidência da República, as propostas foram levadas ao Congresso Nacional, que aprovou a Lei 12.299, de 27 de julho de 2010, com amplo acompanhamento dos membros da Comissão.

Para o Procurador, “o verdadeiro torcedor anseia por conforto e segurança nos estádios, para si e seus familiares, que deveriam se deleitar com as jogadas e conquistas de seu clube de coração sem medo de sofrer agressões ou presenciar cenas lamentáveis de selvageria e baderna. A violência relacionada ao futebol passou a se constituir em grave entrave na consecução dos nobres objetivos do esporte”.

Mas ponderou que “essa violência não é um fenômeno próprio do esporte, mas uma representação do que ocorre na sociedade como um todo”. No caso específico do futebol, “os torcedores realmente apreciadores do bom futebol e simpatizantes de seus clubes procuram os estádios em busca apenas de diversão”, sendo uma minoria aqueles que buscam outros meios. Por isso tem-se que prevenir e buscar as causas.



Fotos: Roque de Sá/Agência Senado

Na avaliação do tenente-coronel da Polícia Militar e coordenador de Operações de Segurança Pública do Distrito Federal, **Márcio Cavalcante de Vasconcelos**, a elaboração de um cadastramento biométrico dos integrantes das torcidas organizadas é uma das ações mais importantes que devem ser realizadas num primeiro momento para enfrentar a violência entre torcidas.

— Quem será o ente responsável por fazer isso [o cadastro biométrico]? Será a torcida organizada junto com a PM? Será a organizada junto com a federação? A federação vai fazer isso pautada pela Secretaria de Segurança? Falta a definição de um processo que leve exatamente a isso. Talvez isso seja o essencial neste primeiro momento. Mas eu acredito que os primeiros pontos que devem ser adotados como medida preventiva é exatamente este cadastramento para a gente ter uma relação transparente entre a torcida e o poder público, representado ali pelos entes de segurança — disse.

Vasconcelos disse ser necessário melhorar as condições de segurança nos estádios mediante a instalação de sistemas de monitoramento. De acordo com ele, no Distrito Federal apenas o Estádio Mané Garrincha tem laudos de engenharia, de bombeiros, de segurança e de condições sanitárias aprovados.

O senador **Hélio José** (PROS-DF), também manifestou seu apoio à certificação digital de torcidas organizadas, as quais, em sua opinião, desempenham um importante papel para o sucesso dos espetáculos futebolísticos. Para ele, “o cadastro biométrico é uma forma de separar o joio do trigo. De permitir que nossos pais, mães e filhos possam ir aos estádios, participando de suas torcidas organizadas sem serem penalizados. A rivalidade é normal, faz parte do espetáculo. Essa rivalidade aguerrida e bem organizada só colabora com o espetáculo”.



Fotos: Roque de Sá/Agência Senado

Alex Minduín, presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (Anatorg), mesmo considerando válida a implementação de sistemas de monitoramento interno e externo nos estádios, colocou-se contra a proposta de identificação biométrica dos membros de torcidas organizadas. Segundo ele, essa medida criminaliza as torcidas organizadas como um todo.

— Nós discordamos porque, primeiro, como se sabe, o torcedor de organizada tem uma temporalidade de passagem dentro de sua torcida. Ou seja, o indivíduo que adentra numa organizada, ele tem uma vida útil de 5 anos a 6 anos frequentando estádios, participando de caravana etc. Após isso, ele segue outros caminhos, dando prioridade aos seus interesses pessoais. E passa a frequentar os estádios de uma forma mais amena, mais tranquila — afirmou, protestando também contra a segregação e enclausuramento das organizadas em espaços limitados dos estádios, “quase parecidos com jaulas”. A Anatorg concorda com o monitoramento interno e externo aos estádios.

Segundo ele, as torcidas organizadas representam um movimento social que congrega em torno de 3 milhões de cidadãos e que gera cerca de 100 mil empregos diretos e 300 mil indiretos. Acredita que este seja o terceiro movimento social do país em termos de participação e que existe desde a década de 1950, “embelezando os estádios de nosso país”.

Conforme argumentou, há 23 anos se combate as torcidas organizadas e se criam restrições e limitações à manifestação, mas a violência continua a crescer. A presença da torcida organizada, em festa, com suas bandeiras, mosaicos, instrumentos musicais, é a garantia da festa e isso reduz a violência e promove a integração do torcedor com seu clube. A estigmatização da torcida organizada provoca a violência e o descontentamento.



Fotos: Roque de Sá/Agência Senado

A representante da Liga de Futebol Nacional do Brasil, **Gislaine Nunes**, manifestou apoio à posição de Alex Minduín.

— Corroboro todas as palavras ditas pela Anatorg. Não vejo nada de útil quando se vê uma torcida única dentro de um estádio. Isto é lamentável, gerando prejuízos inestimáveis para todos aqueles que participam do espetáculo. Isso cria ânimos de colisão fora dali porque as grandes catástrofes as grandes violências, os homicídios, as cenas bárbaras de violência elas acontecem fora dos estádios — declarou ela.

Já o representante da Polícia Militar do Distrito Federal, capitão **Marcelo dos Santos** (foto ao lado), disse ser essencial um estreitamento no convívio entre líderes de torcidas organizadas e a Polícia Militar.

— A Polícia Militar entende que é um passo importante nos conhecermos. Nós temos programas de equoterapia, programas de futebol, de lutas que são oferecidos para várias pessoas da comunidade. É um caminho importante para

o aprimoramento não só da segurança pública em geral, mas também para essa relação com as torcidas organizadas. Acho que conhecermos a pessoa vai produzir um caminho mais profícuo para enfrentar esse problema — declarou.



Fotos: Roque de Sá/Agência Senado

José Silva Júnior, Coordenador Geral dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte, defendeu as torcidas organizadas, e argumentou que os que causam a violência não são torcedores organizados.

Manifestaram-se também representantes das torcidas e o vereador de Fortaleza, Dr. **Márcio Martins**.

